

ENTREVISTA A CARLOS REIS

José Augusto Cardoso Bernardes

Universidade de Coimbra/Centro de Literatura Portuguesa

Carlos Reis (n. 1950) é Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Coimbra e Coordenador Científico do Centro de Literatura Portuguesa. Ao longo da sua carreira, tem sido professor visitante em Universidades de Espanha, França, Alemanha, Brasil e Estados Unidos da América.

Para além da Literatura Portuguesa e da Teoria da Literatura, áreas a que se tem dedicado de forma mais profunda e duradoura, o seu magistério tem sido marcado por uma grande preocupação com o Ensino da Literatura a nível universitário e pré-universitário. É designadamente autor de vários livros e manuais de grande êxito editorial no mercado português e internacional (com destaque para Brasil e Espanha), tanto de carácter metodológico (*Técnicas de Análise Textual*, 1976; *Dicionário de Narratologia*, em colaboração com Ana Cristina Macário Lopes, 1987; e *O Conhecimento da Literatura*, 1995) como de carácter monográfico (*Introdução à Leitura de Os Maias*, 1978; *Introdução à Leitura de Uma Abelha na Chuva*, 1980; *Introdução à Leitura de Viagens na Minha Terra*, 1980). Ainda neste plano, coordenou a equipa responsável pelos novos Programas de Português do Ensino Básico, que recentemente entraram em vigor.

No plano da investigação, cumpre mencionar, entre outros projetos, a coordenação da edição crítica das Obras de Eça de Queirós, a *História Crítica da Literatura Portuguesa* e a direção da coleção “Cânone”, dedicada a escritores cimeiros da Literatura Portuguesa.

Foi Diretor da Biblioteca Nacional e Reitor da Universidade Aberta.

José Bernardes – *Desde quando se sente um leitor regular?*

Carlos Reis – Sou um leitor regular desde a adolescência, entre outras razões porque essa fase da minha vida foi passada num mundo sem televisão. E é bem sabido que, embora não forçosamente, com frequência a televisão limita o tempo e a disponibilidade para a leitura. Explico-me: nascido e criado na ilha Terceira, o meu mundo formativo passou muito pela leitura, também pelo cinema e nada pela televisão – que então não existia nos Açores. Não sei se foi um bem ou se foi um mal, foi um condicionamento, que me fez ser utente regular da biblioteca fixa da Gulbenkian e da sala de leitura do Arquivo Distrital de Angra. E nesse cenário açoriano, algo isolado por natureza, eram os livros que nos levavam a mundos que estavam para lá do horizonte do mar que nos rodeava.

Pode situar e explicar a sua escolha vocacional pelas Letras?

Se não parecesse pretensioso, talvez eu pudesse responder que foram as Letras que me escolheram e não eu a elas. Na época em que foi preciso fazer essa escolha, ela era relativamente esquemática, quase maniqueísta: Letras ou Ciências, eis a questão que se punha. E nas Ciências havia Matemática, disciplina que comecei a rejeitar à medida que ia “rejeitando” uma professora que, de facto, não motivava e ensinava mal. Ao mesmo tempo, os professores de Letras (de Português, de História) tinham essa capacidade de motivação. E assim, mais do que decidir, eu fui sendo levado para o gosto de ler e fui revelando um certo jeito para escrever. Ou para fazer redações, como então se dizia. Para além de tudo isto, naqueles anos 60 açorianos, a Medicina não era a obsessão que é hoje e ser de Letras ainda assegurava uma certa aura de prestígio e a possibilidade de profissão com dignidade social: professor do liceu.

Como caracteriza o Ensino da Literatura no seu tempo de estudante universitário?

Com algumas (poucas) exceções, era um ensino muito orientado para as circunstâncias externas dos textos, quero dizer, para o seu enquadramento histórico-literário, com uma motivação fortemente lansoniana. Juntamente com isso, vinham questões de índole biográfica que nos atormentavam (ou com que nos atormentavam...), do tipo: onde nasceu Gil Vicente? Terrível enigma... A par disso, a literatura portuguesa parecia terminar em Eça de Queirós. De Fernando Pessoa, de Mário de Sá-Carneiro, de Miguel Torga, de José Régio (já nem falo dos “perigosos” neorrealistas...), não se falava. Só a teoria da literatura amenizava um pouco a chateza de muitas questões com que éramos confrontados.

Porque elegeu Eça de Queirós como objeto do seu primeiro trabalho académico?

Por um acaso daqueles que determinam a nossa vida (acredito firmemente no poder da contingência e na força do imprevisto), foi de Eça um dos primeiros romances, talvez o primeiro romance, que li de fio a pavio. Era *A Capital*, que então eu ignorava ser um romance inacabado; e aquele estilo, aquela graça e aquela fluidez da narrativa cativaram-me para sempre. Por isso, quando chegou a altura de escolher o tema para a minha tese de licenciatura, era inevitável o “casamento” (ou, pelo menos, a “união de facto”) entre esse autor que me fascinava e a Teoria da Literatura, a que eu tinha chegado, evidentemente, pela mão do Prof. Aguiar e Silva.

Esse mesmo trabalho (editado em 1975) é suportado por um método e um suporte teóricos ainda invulgares para a época. Que tipo de reações sentiu perante a novidade que apresentou?

Editado, de facto, em 1975, esse trabalho foi preparado e escrito em 1973 e 74, tinha eu uns muitos verdes 23 anos. Esse verdor explica alguma coisa da minha forte crença de então no poder heurístico da

teoria. Além disso, em 1972 foi publicado o famoso ensaio de Genette “Le discours du récit”. Era o tempo em que de França ainda chegavam as grandes novidades em matéria de teoria e de crítica literárias... De repente, um campo teórico que me aparecia desorganizado e até algo incoerente, surgia sistematizado, com uma clareza cartesiana e com um rigor conceptual que, não sendo definitivos, foram decisivos. Até hoje estou grato por tudo (e não foi pouco) o que aprendi com Genette. É claro que termos como *analepse*, *metadiegetico* ou *narratório* pareciam, na época, estranhíssimos, sobretudo para aqueles que aceitavam que a Física, a Química ou a Biologia podiam ter uma racionalidade científica que esses mesmos recusavam à Teoria da Literatura. Seja como for, esse trabalho chegou a três edições, num total, salvo erro, de uns 7 mil exemplares.

Independentemente das orientações teóricas que veio a perflhar, o seu trajeto de investigação e ensino nunca deixou de ter como base principal a Literatura Portuguesa. Como justifica essa permanência que vai desde as suas teses de licenciatura e doutoramento até empreendimentos mais recentes como as coordenações da História Crítica da Literatura Portuguesa ou da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós?

A lógica, às vezes um tanto perversa, da especialização em contexto universitário, não consente grandes dispersões ou oscilações, em matéria de temas de investigação. Por isso fui ficando por aquelas paragens que me acolheram e onde encontrei conforto: Eça de Queirós, Garrett, algum Pessoa, o Torga contista, Carlos de Oliveira, mais recentemente José Saramago. Sou sobretudo um leitor de narrativas, o século XIX fascina-me, gosto de tentar perceber como esse século XIX se prolonga no século XX e como os escritores pensam a literatura. O caso da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós tem uma explicação mais rebuscada. Nasceu de dois encontros luminosos: com o espólio de Eça de Queirós, cujo estudo me foi facultado nos anos 80 (estudo que fiz com a minha colega Maria do Rosário

Cunha), e com o Prof. Ernesto Guerra da Cal. Foi ele quem, com bonomia e amizade, me fez ver que ainda havia muito Eça para estudar; e foi dele que colhi o exemplo do que é um *scholar*, na aceção mais exigente do termo.

Embora prioritariamente centrada na Universidade de Coimbra, a sua carreira de docente apresenta-se muito diversificada, envolvendo ensino presencial e à distância em muitas universidades nacionais e estrangeiras. Alguma vez sentiu que uma dessas experiências o levou a alterar significativamente a sua atitude e as suas perspetivas de professor de literatura?

Justamente: foi o Professor Guerra da Cal quem me alertou para o facto de haver mais mundo do que o da Universidade de Coimbra. Detesto o espírito coimbrinha e sobretudo aquela parte dele que pensa que todo o saber e toda a cultura estão encerrados em Coimbra. Nos Estados Unidos, na Espanha e no Brasil, pude contactar com outras maneiras de viver a universidade, que acrescentam à tradição coimbrã uma agilidade de procedimentos, uma desenvoltura nas relações humanas e um profissionalismo que em Portugal não abundam. Evidentemente que nem tudo são rosas nos lugares por onde tenho andado, mas alguma coisa temos a aprender com os outros. Infelizmente, em Portugal às vezes essa aprendizagem leva a que se confunda informalidade com improvisação e com ligeireza, na abordagem do ensino e da investigação universitários. Com o ensino à distância a história é outra e passa por se ter abertura de espírito para entender que há outros espaços, que não apenas a sala de aula fechada, em que se pode ensinar e outros públicos, que não apenas os estudantes universitários “convencionais”, a que devemos chegar. É pena que entre nós ainda não se tenha entendido esta mensagem, em grande parte por causa do conservadorismo defensivo que caracteriza o mundo universitário português.

Uma das constantes do seu labor é a preocupação com o Ensino da Literatura. Para além de ter coordenado várias iniciativas públicas sobre o tema, vem publicando livros destinados a alunos de vários níveis. Como avalia hoje uma intervenção tão insistente?

Como uma batalha que só em parte foi ganha. Não há ensino da literatura que se salve, se não se souber destrinçar aquilo que se pode daquilo que não se pode ensinar em matéria literária. E aquilo que não se pode ensinar está fortemente condicionado, na formação dos estudantes e até na de alguns professores, pelo gosto de ler, pela curiosidade cultural, pela crença naquilo a que já chamei, numa aceção certamente controversa, a *inutilidade* da literatura. Sem isso, o ensino da literatura, por mais esforçado que seja, acaba por falhar. E depois há a *doxa* das Ciências da Educação, que parecem apostar todas as fichas do jogo nas “estratégias”, nas minúcias didáticas, às vezes na infantilização do aluno e, em geral, no *modo de fazer*, mais do que naquilo que há a fazer. Lembro-me sempre do que dizia o Professor Vitorino Magalhães Godinho, que foi o homem mais erudito que conheci: não se pode ensinar Matemática, sem se saber Matemática; não se pode ensinar Física, sem se saber Física. E assim por diante.

Em sua opinião, que desafios fundamentais se colocam hoje ao Ensino da Literatura na Universidade?

Muitos daqueles que acabei de mencionar e ainda outros. Vivemos hoje uma crença quase religiosa no poder “redentor” da ciência e da tecnologia e não serei eu quem negará as suas virtudes, porque preciso de ter um computador rápido e, de vez em quando, um antibiótico que faça efeito. Mas o uso do computador e do antibiótico não fazem sentido aquém de uma dimensão humana das coisas. José Saramago dizia que é absurdo mandarmos sondas para Marte, enquanto não salvamos os homens e as mulheres que estão na Terra. Parece demagógico, mas faz sentido. Um dos desafios que se colocam

hoje ao Ensino na Literatura é o de recuperarmos não a função decorativa que a poesia ou o romance em boa parte tiveram no passado, mas o poder simbólico que a literatura e as artes em geral podem ter. E aqui falo, evidentemente, também de práticas culturais como o cinema, alguma televisão (não o lixo dos *reality shows*), certas bandas desenhadas ou as narrativas digitais, práticas que não podemos relegar para um patamar de menoridade, sob pena de ficarmos cristalizados numa visão passadista das Humanidades. O que aquele poder simbólico traz consigo, é a capacidade de, na literatura que lemos e na que ensinamos na universidade, redescobrirmos o sentido e a pertinência social de palavras como *liberdade, amor, solidariedade, equidade, justiça* e outras mais, que nem sempre estão presentes no espírito de quem constrói computadores ou de quem engendra novos antibióticos.

Como aprecia a presença atual da Literatura na Escola e na esfera pública em geral?

Se há coisa que me causa uma irritação no limiar da indignação, é ver uma figura pública, seja um presidente, um primeiro-ministro ou um banqueiro (sim, um banqueiro, já assisti a isso) a “adornar” um discurso com citações literárias (Camões e Pessoa fazem muito jeito, Torga também já teve o seu tempo) enxertadas numa prosa mal ataviada por um assessor esforçado. Para estas coisas os dicionários de citações são úteis, mas o estratagema é deprimente. Só fará sentido trazer a literatura à esfera pública, se ela for o que em parte já foi: uma presença viva e vivida, não um convidado de circunstância. E essa presença viva e vivida só faz sentido se valorizarmos na literatura, seja na Escola, seja fora dela, essa sua suprema *inutilidade*, que é a garantia inamovível da plena liberdade que ela nos ensina em cada momento.